

---

# ENTREVISTA

Entrevista do Ministro Luiz Fux – Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça.

TEMA: Trajetória acadêmica e profissional.

Entendo que seria extremo egoísmo do ser humano ter conhecimento e não o transmitir.

*Ministro Luiz Fux*

## Pergunta 1. TRAJETÓRIA ACADÊMICA

Seria muito interessante aos leitores da Revista Eletrônica do CNJ que Vossa Excelência pudesse contar um pouco sobre sua formação e trajetória acadêmica, onde o senhor estudou, qual foi seu ponto de partida, quais são suas principais atividades e posição atual no meio universitário brasileiro?

**MLF:** *Durante um curto período de tempo, estudei em um colégio judaico, posteriormente no Colégio Pedro II, um excelente colégio público na minha época, depois no Hélio Alonso. Daí fiz o bacharelado em Direito na UERJ. Gosto de falar que tenho uma história de amor com a UERJ, onde entrei e de onde nunca mais saí. Comecei a dar aula na UERJ ainda na graduação, em 1976, e tive a oportunidade de ser monitor do Professor Simão Isaac Benjô, de Direito Civil, e virei instrutor em 1977. Dei aula sobre as mais diversas matérias — de Direito Civil a Direito Financeiro e Prática Forense Penal — e fundei o escritório modelo da Universidade. Posteriormente, surgiram as oportunidades de concurso. Assim, fiz o concurso para livre-docência e Processo Civil, que não era para um cargo, e sim para o título de livre-docente. Por volta de 1995 fiz o concurso para professor titular e passei na única vaga que tinha.*

*Em 2009, o MEC questionou os títulos de livre-docência de diversas faculdades. O órgão não tinha consciência da dificuldade que era ser livre-docente pela UERJ, em que havia diversas provas — títulos, tese, prova escrita e aula com uma banca muito difícil. Entretanto, como eu ainda tinha disposição física e saúde, eu fiz novo concurso em 2009 para ratificar aquele. E passei com nota maior ainda — sendo que a livre-docência conferia título de doutor.*

*Ressalto a importância da vida acadêmica para mim. Sou Professor de Processo Civil no Mestrado e no Doutorado da UERJ e fui chefe do departamento de Processo Civil entre 2001 e 2003. Também já dei diversas palestras e aulas em outras Universidades no Brasil e no exterior.*

*Entendo que foquei no Processo Civil, pois meu pai tinha dificuldades com essa matéria nos tempos que fazia faculdade de Direito e achei que seria difícil para mim também. Tive a sorte de ser aluno do Professor José Carlos Barbosa Moreira, que era reconhecido nacional e internacionalmente no assunto e era exigente, mas extremamente didático e adorava tomar um chopp conosco na esquina depois de suas aulas — foi uma das pessoas mais importantes da minha vida.*

*Viajei pelo Brasil inteiro e também para o exterior para dar aulas e palestras. Entendo que seria extremo egoísmo do ser humano ter conhecimento e não o transmitir.*

## Pergunta 2. AUTORES FAVORITOS E FONTES DE INSPIRAÇÃO

Quais são os autores que marcaram sua formação acadêmica e profissional?

**MLF:** *Acredito que Kelsen foi o autor que mais estudou a Justiça — e conseqüentemente escreveu O império da justiça, O sonho da justiça, A ilusão da justiça, terminando a vida com a obra O que é a justiça? Ele dizia: “O importante não é saber a resposta, é não parar de perguntar”. E acredito muito nisso — nós não paramos a nossa busca pelo mais justo. Não podemos esquecer que a jurisdição é uma função popular e o juiz deve falar uma linguagem fácil, acessível à população. Os efeitos são extremamente danosos quando não há crença da população na Justiça.*

*Em congresso que participei na Argentina sobre ética e Direito, citei o Prêmio Nobel de Medicina, professor Jerome Groopman, sobre Anatomy of hope [A anatomia da esperança], cuja essência diz que a fé é o coração da cura. Resumi o livro para um amigo meu que estava muito doente. Ele plastificou o resumo e o guardava no bolso porque eram mensagens de otimismo.*

*Muito me inspira também a poetisa e filósofa Adélia Prado, a quem citei na abertura do meu discurso de posse no cargo de Presidente do STF e do CNJ — “O sonho encheu a noite Extravasou pro meu dia Encheu minha vida E é dele que eu vou viver Porque sonho não morre” e também o texto “Oração aos moços”, de Rui Barbosa, em que ele afirma que “se vocês forem juizes, não se preocupem em mostrar às partes quanto Direito vocês sabem, mas o direito que a parte tem” — acredito muito nisso.*

*Considerando a atual e desafiadora situação em que nos encontramos gosto de citar também, como fiz no meu discurso de posse acima mencionado, o poeta sul mato-grossense Manoel de Barros, que dizia: “quem anda no trilho é trem de ferro”; o brasileiro, ao contrário, é “água que corre entre as pedras”, porque sabe que “liberdade caça jeito”. É povo destemido, ciente de que “o que a vida quer de nós é coragem”, como no vaticínio de Guimarães Rosa.*

*É claro que também no âmbito do Processo Civil, o Professor Barbosa Moreira, e, nos outros ramos do Direito, professores e colegas com quem trabalhei, como Simão Isaac Benjó, Flavio Novelli e Nilo Batista.*

### **Pergunta 3. ARTIGOS ACADÊMICOS (ARTIGO DE REFERÊNCIA)**

Vossa Excelência possui extensa lista de artigos científicos publicados, em sua maioria sobre Direito Processual Civil, mas também publicações com outros temas do Direito. De que tratam seus artigos, poderia nos resumir? Tem algum trabalho publicado que considere um artigo de referência?

**MLF:** *Tenho apreço por diversos artigos que escrevi, mas especial orgulho da minha tese de doutorado na UERJ “Incapacidade Processual do Terceiro Interveniante”. Nessa tese, após extensa pesquisa e análise de direito comparado, entendo que o artigo 13 do antigo Código de Processo Civil (CPC) não pode ser aplicado aos casos de intervenção forçada de terceiros, pois essa aplicação seria favorável ao terceiro de má-fé conseqüentemente culminando na sua exclusão do processo e dos efeitos do julgamento.*

*Recebi o grau máximo com os acréscimos regimentais da distinção e do louvor.*

### **Pergunta 4. CONCURSOS PÚBLICOS**

Assim como a trajetória acadêmica, Vossa Excelência possui longa e exitosa trajetória no serviço público, poderia nos falar um pouco sobre sua experiência profissional? Os concursos públicos que prestou e as contribuições a cada cargo que assumiu?

**MLF:** *Logo que me formei na UERJ, fui advogado da Shell, após aprovação em concurso realizado pela empresa. Lá tive uma oportunidade de ir trabalhar no exterior. Porém, meu pai, brasileiro naturalizado que tinha amor e gratidão por este País que o acolheu durante a Segunda Guerra Mundial, e, em vista da minha formação ter se dado em instituições públicas do País, me disse: “Você tem que devolver”. Ele falou exatamente isso. “Você tem que devolver ao País o que ele fez por você”.*

*Assim, fiz concurso e fui promotor de Justiça de 1979 a 1982. Trabalhei com diversos temas — civil, criminal, família; fui curador de fundações na sede da Procuradoria da Justiça e também trabalhei muito no interior.*

*Entretanto, naquela época, o Ministério Público não tinha uma função tão expressiva ou a importância constitucional de hoje. Eu queria realizar e não apenas opinar. Assim, em 1982, eu fiz concurso para a magistratura do Rio de Janeiro.*

*Após trabalhar em comarcas do interior, como Trajano de Moraes; em 86, fui substituído*

perto do Rio; e, em 88, fui titular da 9ª Vara Cível. Poucos anos depois, eu fui para o tribunal de alçada cível — que ainda era existente — e depois fui promovido a desembargador, em mais ou menos 97 ou 98.

Em 2001, eu me candidatei ao Superior Tribunal de Justiça numa disputa bastante acirrada, concorrendo com 400 desembargadores do Brasil inteiro, e fui indicado na lista tríplice e nomeado pelo professor e presidente Fernando Henrique Cardoso. Fiquei lá de 2001 até 2011.

Em 2011, fui nomeado pela Presidente Dilma Rousseff ao Supremo Tribunal Federal.

**Pergunta 5.** Qual é o maior desafio que Vossa Excelência tem hoje à frente do Conselho Nacional de Justiça?

**MLF:** O Carlos Ayres, em determinada entrevista, há alguns anos, afirmou: “Fux é um ministro agregativo” — entendo que, sem qualquer violação à independência, as pessoas têm que conversar, observar e escutar — acontece muito na Suprema Corte Americana. O CNJ é composto de pessoas das mais variadas experiências profissionais e ideologias — uma composição extremamente heterodoxa. Um desafio é estimular justamente essas conversas.

Ademais, o CNJ tem o dever de contribuir para que a prestação jurisdicional seja realizada com moralidade, eficiência e efetividade, em benefício da Sociedade. Acredito que o órgão lida extremamente bem com casos pontuais de desvios de personalidade de juízes.

Diria que outro desafio é o fato que o CNJ é impetrado em diversos mandados de segurança no STF — assim é importante que o órgão tenha seu papel reconhecido e seja mais uma vez legitimado.

Acrescento que uma preocupação da minha gestão que se inicia é a de que o Poder Judiciário brasileiro atue para proporcionar a segurança jurídica necessária para a estabilidade e a prosperidade do País. Nenhuma nação cresce em um ambiente permeado por excesso de burocracia e por incertezas quanto às consequências das condutas humanas. Os investidores no Brasil clamam por previsibilidade e segurança jurídica, na medida em que surpresa e desenvolvimento econômico não combinam. Nessa perspectiva, não esqueceremos outro destinatário central do nosso trabalho diário: o cidadão brasileiro, como falei em meu discurso de posse na Presidência.

Acredito que a pessoa tem que ser pró-instituição primeiro, depois pró ela mesma. Instituição vem em primeiro lugar. Acrescento a importância disso e a admiração que tenho por todos os que compõem o órgão e por todas as gestões anteriores pelo trabalho e relevantes projetos realizados mesmo perante tantas dificuldades em âmbito nacional e mundial.